

UNESP - Universidade Estadual Paulista

Reitor: Marcos Macari

Vice: Herman Jacobus Cornelis Voorwald

Faculdade de Ciências e Letras - Araraquara

Diretor: Cláudio Benedito Gomide de Souza

Vice: Paulo Rennes Marçal Ribeiro

Programa de Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa

Coordenadora: Gladis Massini-Cagliari

SÉRIE *TRILHAS LINGÜÍSTICAS*

Comissão Editorial da Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa

Gladis Massini-Cagliari

Renata Maria Facuri Coelho Marchezan

Arnaldo Cortina

Letícia Marcondes Rezende

Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa

Marymarcia Guedes

Rosane de Andrade Berlinck

Luiz Carlos Cagliari

Conselho Editorial Acadêmico do Laboratório Editorial

Paulo Rennes Marçal Ribeiro (Editor)

Gladis Massini-Cagliari (área de Letras)

Newton Duarte (área de Educação)

Maria Orlanda Pinassi (área de Ciências Sociais)

Waldemar Alvaro Di Giacomo (área de Administração e Economia)

Luci Regina Muzzetti (CENPE)

Cristina Aurora Bonelli Giollo

Antônio Parreira Neto

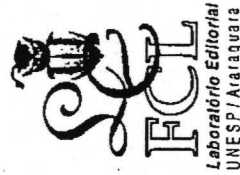
Projeto gráfico: Ivan Renato Albino

Editoração eletrônica e arte da capa: Antônio Parreira Neto

Normatização: Cristina Aurora Bonelli Giollo CRB-8/2712

Estudos de lingüística histórica do português

Gladis Massini-Cagliari
Clotilde de Almeida Azevedo Murakawa
Rosane de Andrade Berlinck
Marymarcia Guedes
(Org.)



CULTURA
ACADÊMICA
Editoria

Q. 1876
1976

A DIACRONIA NAS FORMAS FONOLÓGICAS SUBJACENTES E NOS *INPUTS*

Luíz Carlos CAGLIARI¹

Introdução

As modernas teorias fonológicas, desde o estruturalismo até a teoria da otimalidade, são eminentemente sincrônicas, tratando fatos históricos como recortados sincronicamente num certo período de tempo. A filologia, por sua vez, tem se interessado pela comparação entre diferentes estágios do sistema das línguas. A linguística histórica tem ficado mais do lado das teorias linguísticas propriamente ditas do que da filologia, embora tal distinção não seja sempre muito clara.

Dentro desse quadro, num primeiro momento, não faz muito sentido falar em diacronia e formas fonológicas subjacentes ou *inputs*. Não é da natureza dessas teorias linguísticas necessitar de uma referência histórica, ou, melhor dizendo, das formas antigas dos morfemas e das palavras para a definição atual das formas subjacentes ou dos *inputs*.

Entretanto, nas línguas que têm uma história conhecida, como as línguas européias, o fato de se conhecer a história das mudanças dos itens lexicais é de grande ajuda na formulação de regras derivacionais

¹ Departamento de Linguística – Instituto de Estudos Linguísticos – UNICAMP – 13083-970 – Campinas – SP.

ou na avaliação adequada dos candidatos na teoria da otimalidade. A história das mudanças por que passaram os morfemas traz consigo informações claras de processos que, historicamente, revelam grandes forças atuantes do sistema da língua. Essas forças, tendências, restrições ou regras costumam permanecer durante um tempo muito longo, de tal modo que, ainda hoje, no Português, por exemplo, reconhecemos algumas tendências do sistema que foram detectadas ainda no Latim. Com a mudança na forma morfológica de alguns itens, cria-se um padrão de regras que permitem generalizações, mesmo envolvendo casos de palavras oriundas de línguas diferentes. É o que aconteceu, por exemplo, com as regras de nasalização da língua, definindo não apenas itens lexicais oriundos do Latim, mas também de outras línguas, sobretudo itens oriundos de línguas africanas e de línguas indígenas brasileiras, acomodadas ao sistema atual da Língua Portuguesa. Essas forças que impulsionaram e dirigiram as mudanças históricas pelas quais a língua passou ajudam a definir padrões do sistema e a extensão dos processos de generalização almejados por regras e por outros tipos de avaliação da gramática da língua, em geral, e da fonologia e da morfologia, de maneira especial.

Formas subjacentes e inputs

Dentro do modelo de gramática gerativa, as formas subjacentes (ou formas de base) são o ponto de partida das derivações fonológicas que levam a representação sonora mais abstrata da língua à realização fonética dos enunciados. Como as derivações têm um caminho a percorrer, controlado por regras de todos os tipos, a representação fonológica subjacente deve favorecer a aplicação dessas regras. Por outro lado, deverá conter os elementos essenciais que constituem o sistema da língua de maneira semelhante aos fonemas que davam sustentação à análise estruturalista. Esses elementos, na gramática gerativa, são os traços distintivos. Esses traços são combinados em matrizes (hierarquizadas em forma de árvore), gerando uma unidade complexa que acabará, foneticamente, nos segmentos. Essas matri-

zes hierarquizadas de traços combinam entre si para formar seqüências de unidades de acordo com a estrutura dos morfemas. Na sua forma mais abstrata, as formas subjacentes são morfemas com as matrizes dos traços distintivos. Pelo fato de representarem morfemas, estão ligadas à semântica e à sintaxe. Como as matrizes formam os morfemas é uma questão que pertence não à fonologia, mas à morfologia. A morfologia, portanto, representa uma interface entre a fonologia, a semântica e a sintaxe. Para se formar um morfema é preciso ter informações sintáticas, semânticas e morfológicas. A sintaxe ajuda a escolher classes de morfemas: artigo, nome, verbo, preposição, etc. A semântica controla os significados, criando, juntamente com a sintaxe, um dicionário da língua. Nesse dicionário, estão todos os morfemas definidos sintática e semanticamente. No dicionário, não há ambigüidades nem exceções, nem regras, apenas uma lista de morfemas. Estes, por sua vez, irão constituir os itens lexicais, compondo, inicialmente, as formas subjacentes. Para essa tarefa, a morfologia dispõe de um conjunto de regras organizadas no componente lexical da gramática. Essas são regras de boa formação lexical. Recebendo os morfemas do dicionário, o componente lexical organiza-os em seqüência, estabelece fronteiras e preenche-os com as matrizes fonológicas. O componente morfológico é constituído pelo dicionário (objetos) e pelo componente lexical (regras). Além de cuidar da formação dos itens lexicais, o componente morfológico organiza a seqüência de itens lexicais em enunciados, com suas fronteiras específicas (de ritmo, de entoação, etc.). É prática comum, embora não muito discutido nas considerações teóricas, o fato de as formas de base não terem separação de sílabas nem nenhuma definição de natureza prosódica (ritmo, entoação, etc.). Essas estruturas prosódicas são acrescentadas à medida que as fronteiras morfológicas são removidas. Nesse momento, há outras regras de boa formação de seqüências de segmentos admitidos pela língua (fonotática). Como as formas subjacentes não têm sílabas marcadas, não faz sentido definir o que é *onset* ou *coda* naquele momento. Tais restrições aparecerão somente depois que as formas de base forem segmentadas em sílabas. Obviamente, a atribuição da estrutura silábica às formas

subjacentes será uma das primeiras tarefas a serem realizadas. Em línguas de ritmo acentual, como o Português, a atribuição das moras vem logo após a definição das sílabas dos itens lexicais. Numa língua de ritmo silábico, como o Latim, as moras já constam da própria matriz de traços distintivos (durações de vogais / consoantes) e, portanto, estão presentes nas formas subjacentes. O mesmo acontece com as línguas tonais, diferentemente das línguas entoacionais, que têm os padrões entoacionais estipulados somente quando os enunciados, na forma de grupos tonais, forem definidos pelo componente morfológico.

A questão que interessa ao presente trabalho é como o componente lexical junta os traços distintivos (fonemas) para definir os segmentos fonológicos das formas subjacentes. As escolhas têm a ver com as regras derivacionais, como se disse acima. Nesse modelo, as formas subjacentes precisam representar algo muito abstrato e genérico, deixando de lado as idiosincrasias que ocorrem na fala das pessoas e até mesmo os processos de variação, que serão tratados devidamente através das regras de derivação.² No modelo estruturalista, o que conta é o sistema de regras coerentes entre si. No caso de conflito, por exemplo, um falante palataliza sempre as oclusivas alveodentais diante de vogal anterior alta e outro nunca palataliza, não se pode dizer que há variação entre a palatalização dessas consoantes e a não palatalização, mas que um falante usa um sistema e outro falante usa outro sistema. No modelo gerativo, a língua pode ser vista independentemente dos falantes e portanto, no exemplo acima, a palatalização é fruto da aplicação de uma regra

² Tem sido uma prática comum nos estudos de fonologia gerativa interpretar o "léxico" como um reservatório de "exceções". Todos os fatos que não podem ser contemplados diretamente através de regras específicas ficam indicados como exceções e marcados de alguma forma no "léxico". Na verdade, a maioria dos fatos assim interpretados marca os itens lexicais do dicionário da língua. Assim, por exemplo, considerar uma sílaba extramétrica ou uma consoante flutuante significa que o item lexical a que se aplica tal indicação fica com uma marca específica para, depois, orientar a derivação e a aplicação das regras comuns da língua. As formas subjacentes, portanto, são montadas com os itens lexicais, como aparecem no dicionário.

contextual de variação. Nessa abordagem, o modelo gerativo permite grandes generalizações e abstrações. Na verdade, a história da descrição lingüística, nesse modelo, tem mostrado muitos excessos e muitas ações tímidas demais. Por um lado, são encontradas formas subjacentes com configurações muito distantes e diferentes dos resultados fonéticos que irão gerar. Por outro lado, as formas subjacentes estão tão próximas das realizações fonéticas, que, praticamente, quase não há regras derivacionais.³

A definição de quais regras derivacionais irão atuar, bem como de quais matrizes de traços constituirão segmentos dos itens lexicais, é uma questão que depende muito do conhecimento e das opções de análise do lingüista. Usando um exemplo semântico, é prática comum, na nossa cultura, apelar para os morfemas a fim de definir o significado total de uma palavra. Até as crianças fazem isso. Elas sabem que **megapoder** quer dizer **mega**, isto é, **enorme e poder**; ou seja, **um poder enorme**. Ao fazer isso, as pessoas costumam incorrer em muitos erros. Uma criança pode achar que **auto-estrada** é uma estrada feita para **automóveis**. Quando se diz que nas **auto-estradas** trafegam também caninhões e ô nibus, elas ficam confusas. Há muita pessoa que acha que não se pode dizer **erro de ortografia** porque **ortografia** vem das palavras gregas *orthos* e *graphie*, ou seja, **escrita correta**. Hoje, em Português, a palavra **ortografia** não tem a mesma função que *orthos* e *graphie* tinham em Grego. Portanto, o apelo à etimologia pode se constituir em uma armadilha. Por essa razão, os lingüistas não costumam apelar para a etimologia, a não ser que tenham uma boa razão para isso e a incorporação de fatos diacrônicos revele que a língua continua usando, no presente, as mesmas regras do passado. Os lingüistas sabem que, mesmo em se tratando do sistema fonológico, embora as línguas estejam

³ Algumas descrições de línguas indígenas, feitas preliminarmente, mostram que a língua não tem praticamente processos de variação. A cada fonema corresponde um atofone e vice-versa. Em geral, estudos mais aprofundados acabam revelando que a situação é diferente e que todas as línguas sempre têm muitos processos de variação em funcionamento, o que distancia a forma subjacente da forma de superfície.

em processo de constante mudança, a realização de regras de mudança do sistema e sua incorporação definitiva ao sistema é um processo muito demorado. Por outro lado, as mudanças são sempre muito pequenas, comparadas com o todo, num determinado tempo. Somente após muito tempo, nota-se que as transformações foram tantas e de tal magnitude, que podemos até mesmo chegar à conclusão que o que havia no passado era uma língua diferente do que existe hoje no presente, como aconteceu com o Latim e as línguas românticas.

Embora não faça sentido dentro da teoria gerativa pensar que as regras derivacionais são uma espécie de regras etimológicas, na prática, o conhecimento das regras de etimologia ajuda a pensar o presente da língua. Se uma determinada palavra de hoje veio de uma forma diferente que existia em um momento anterior da língua, a passagem da forma antiga para a nova seguiu regras. Então, a pergunta: será que tais regras ainda estão atuantes? Se estiverem, o modelo gerativo irá coincidir com a interpretação etimológica. Nesse caso, a forma de base se aproximará muito de uma forma etimológica de um estágio anterior da língua e as regras que transformaram a palavra antiga em nova serão incorporadas no processo fonológico derivacional. Por outro lado, pode-se concluir que a falta de conhecimentos da história da língua pode deixar a interpretação atual do sistema muito *ad hoc*, com interpretações idiossincráticas, dependendo da esperteza mental do pesquisador.

A questão que vem logo à mente, nesta hora, refere-se à maneira como se irá lidar com línguas, cuja história (etimologia) é totalmente desconhecida. Como já faziam os antigos filólogos, o método comparativo é uma forma de juntar conhecimentos de línguas aparentadas, tirando um denominador comum. Esse resultado também pode revelar forças atuantes em muitas das línguas comparadas e, portanto, é uma informação útil para definir as formas fonológicas subjacentes dos itens lexicais. Finalmente, quando nem isso é possível fazer, há, ainda, o apelo ao fato de a gramática ser, por natureza, universal, ou seja, todas as línguas do mundo têm muito em comum, em todos os níveis gramaticais. O fato de uma regra funcionar bem

em uma determinada língua pode ser motivo para ser testada em outra. Na verdade, os lingüistas vêm fazendo isso, desde sempre.

Mais adiante, neste trabalho, serão apresentados exemplos de representações subjacentes do Português, tirados de trabalhos de vários autores, para mostrar que, atrás das opções feitas, existem escolhas de natureza diacrônica, feitas conscientemente ou não.⁴ Embora seja uma questão irrelevante metodologicamente no modelo gerativo, trata-se de fatos presentes no trabalho do dia a dia do lingüista, sobretudo se ele tiver uma boa formação em Lingüística Histórica.

Os longos comentários feitos a respeito da forma fonológica subjacente permitem uma apresentação mais sucinta dos *inputs* na teoria da otimalidade, porque, apesar das diferenças entre os dois modelos, há muito de comum, na questão aqui colocada.

Diferentemente da teoria gerativa com derivações, a teoria da otimalidade é um modelo representacional, que tem apenas avaliações. Em lugar das regras, existem as restrições que servem de referências com relação às quais são processadas as avaliações. Essas restrições são ordenadas, de tal modo que as de nível mais alto apresentam um valor maior nas decisões. Como no modelo gerativo *standard*, o modelo de otimalidade também tem uma forma subjacente da língua, chamada de *input* e uma forma de superfície, ou de representação fonética, chamada de *candidate* ou *output*. A avaliação é estabelecida entre um *input* e todos os *candidates* possíveis. A fonologia gerativa *standard* tem apenas uma forma subjacente e gera somente as formas aceitáveis e existentes na língua. As não existentes são excluídas pela própria sistemática do modelo: elas simplesmente não existem. Já na teoria da otimalidade, os *candidates* são todas as formas possíveis e imagináveis. Por uma questão de econo-

⁴É importante salientar que as escolhas dizem respeito ao sistema da língua em estágios do passado e não à forma ortográfica da escrita das palavras. A utilização de conhecimentos diacrônicos passa pela ortografia, mas não se hospeda aí. Os estudos de Lingüística Histórica são muito cuidadosos ao lidar com a ortografia de documentos antigos.

ma, um princípio de simplicidade seleciona apenas os candidatos mais viáveis para um determinado *input*. Esse princípio age a partir do conteúdo das restrições. Como são elas que irão decidir quais candidatos servem e quais não servem, dependendo de seu conteúdo, pode-se estabelecer limites de variação entre os candidatos. Outros princípios da gramática universal também entrarão em jogo para tornar o modelo viável e simples. Por exemplo, embora se possa imaginar uma sequência de dez consoantes, nenhuma língua usa esse tipo de formação. Há um limite para o número de consoantes que podem formar uma sequência e até restrições com relação a que tipos de consoantes podem ocorrer (fonotática). A questão dos candidatos e das restrições não é objeto de preocupação neste trabalho. O que interessa é como se chega à forma dos *inputs*.

A questão da escolha do *input* foi tratada por Prince & Smolensky (1993, p. 192) também como uma questão técnica através da otimização lexical, seguindo um princípio formulado por Itô; Mester & Padgett (1995, p. 593) que diz que, se houver vários *inputs* potenciais, deve-se escolher aquele que tiver um *output* mais "harmônico". Harmônico, aqui, significa "em sintonia", mais semelhante nas estruturas fonológicas. Com isso, era de se esperar que as escolhas dos *inputs* estivessem mais próximas dos *outputs* do que as formas subjacentes das correspondentes formas de superfície. No entanto, a prática de análise da teoria de otimalidade não tem mostrado isso, de fato, mas uma semelhança bastante grande entre *inputs* e formas fonológicas subjacentes.

É preciso salientar, ainda, que a teoria da otimalidade não pode ter um componente morfológico como o descrito para a gramática gerativa *standard*. Mas, é possível imaginar que haja um dicionário, onde estão todas os morfemas e um componente lexical que forma as palavras. Um *input* tem, então, uma forma sintática, uma forma semântica e uma forma fonológica. As representações sintática e semântica não interessam aqui. O que interessa é como se chega à representação fonológica dos *inputs*. Por exemplo, como é, em Por-

tuguês, a forma fonológica do artigo definido singular (informação sintática & semântica). Ou, colocando de outro ponto de vista, se um falante diz casa (substantivo feminino, significando "moradia"), como saber qual é o seu *input*? Embora não faça sentido falar num processo *bottom-up* ou *up-down*, porque a teoria é representacional - tudo está presente a todo instante em todos os lugares do sistema - pelo menos teoricamente, o *input* precede o *output*. Como quem define o valor dos candidatos são as restrições, se elas não puderem agir sobre o *input*, a escolha dos candidatos será sem sentido. Portanto, os *inputs* dependem tanto do conteúdo das restrições, quanto as formas subjacentes da fonologia gerativa *standard* dependiam das regras derivacionais.

Como, em princípio, para qualquer candidato pode haver qualquer *input*, a teoria estabeleceu uma seleção prévia de "candidatos a *input*", que se efetua através de um *tableau des tableaux*: lista questão não é muito clara e segura nem na teoria nem na prática. Comparando as análises já feitas na teoria da otimalidade com os resultados já obtidos nas descrições feitas dentro do modelo gerativo *standard*, percebe-se facilmente que existe uma mente de linguísta que opera de maneira semelhante nas duas teorias. Muitas formas de *input* são exatamente semelhantes às formas subjacentes da fonologia gerativa. As escolhas do linguísta não revelam as razões de sua ação, nem trazem explícitos os critérios empregados. Na verdade, mudam-se as teorias, mas a língua continua a mesma. Então, as coincidências não são meros casos, mas compartilham de um conhecimento comum atuante nos dois modelos. Por essas razões, não serão discutidos em detalhes muitas formas de *input*, acitando que o que se diz para as formas subjacentes aplicam-se também para formas correspondentes de *inputs*, *mutatis mutandis*.

Apesar de nova, a teoria da otimalidade tem gerado algumas discussões interessantes sobre diacronia e mudança linguística, como se pode ver nos trabalhos de Hammond (1995), Jakobs (1995), Hinshens et al. (1997), Boersma (1997) e Haspelmath (1999).

Análises de formas fonológicas subjacentes

Serão apresentados, a seguir, alguns exemplos de formas subjacentes, tirados de trabalhos de diferentes autores. Essas formas foram escolhidas com o propósito de mostrar como fatos históricos da língua continuam atuantes até hoje e, conseqüentemente, mostrar que o apelo à história da língua pode ajudar na escolha das formas fonológicas subjacentes.

Na passagem do Latim para as línguas românicas, a nasalidade assumiu várias formas. No Português, apareceram as vogais nasalizadas, com a queda de consoantes nasais em posição de coda, a não ser quando homorgânicas com consoantes fricativas na sílaba seguinte, contexto em que a consoante pode permanecer ou cair. Se cair, a vogal anterior tem que estar necessariamente nasalizada.⁵ A questão mais curiosa ficou com os ditongos nasais. A fonologia podia ter vogais nasalizadas como fonemas, tendo para isto, de acrescentar uma simples propriedade distintiva à matriz de vogais. No entanto, a opção mais geral, é ter na forma subjacente uma nasal fluante ou não (ou um arquifonema nasal consonantal) que, através de regras de derivação, nasalizam a vogal anterior e realizam ou não uma consoante nasal, na forma fonética. Como em Latim, não havia vogais nasalizadas (pelo menos sem serem seguidas de consoantes nasais), a invenção de uma nasal fluante é uma decorrência direta do fato de que se pode sempre derivar vogais nasalizadas (sem consoantes nasais nas fronteiras), introduzindo uma nasal fluante que será, depois, apagada ou não.

- (1) pão /paN+u/ [põũ] (CAGLIARI, 2001)
 pano /pan+u/ [pẽnu]

⁵ É muito custoso num simples artigo, ilustrar devidamente certos fenômenos. Portanto, remetemos o leitor para as obras que tratam do assunto com mais detalhes e de forma mais completa, como, entre outras, a tese de livre-docência do autor (CAGLIARI, 1982).

- (2) canto /kaNt+o/ > [kaNto] > [kãNto] > [kãto] > [kẽtu] > [kẽtu] > [kẽtu]
 irmão /irmaN+o/ [irmẽũ] (MATEUS, 1975)

A representação com a nasal fluante ou arquifonema /N/ ajuda a generalizar a representação fonológica.⁶ Por outro lado, nada impedia de se ter formas fonológicas subjacentes do tipo (3). O custo / benefício para o sistema seria o mesmo ou a diferença seria irrelevante.

- (3) pão /pã+u/ [põũ]
 pano /pan+u/ [pẽnu]
 canto /kãt+o/ [kẽtu]
 irmão /irmã+o/ [irmẽũ]

Quem analisa uma palavra como *montro* com uma sílaba CVCC inicial, na forma subjacente, aceita uma consoante nasal na base, cuja única finalidade é nasalizar a vogal precedente, uma vez que nenhuma consoante nasal ocorre diante de consoante fricativa, na fala do Português atual.⁷

Nos exemplos acima, nota-se que aparece, em um autor, a flexão de gênero representada pelo fonema (matriz de traços de) /u/ e, para outro autor, pelo fonema /o/. A opção pelo fonema /o/ é

⁶ A ortografia da língua optou por usar M diante de P ou B (ou M) e N diante de outras consoantes. Porém, na ortografia antiga, as letras M e N variavam, quando representavam a nasalização da vogal anterior e não uma consoante do onset da sílaba. Veja, por exemplo, a Carta de Pero Vaz de Caminha (CUNHA et al., 1999). O fato de uma forma subjacente ter /N/ : /kaNt+o/ ou uma consoante nasal homorgânica, como /n/ : /kant+o/ é irrelevante. Neste caso, sobrecarrega-se a forma de base, mas simplifica-se o processo derivacional. No caso anterior, ocorre o contrário.

⁷ Como nota Cagliari (1977; 1982), diante de fricativa pode ocorrer uma nasal homorgânica com a vogal anterior, como em [õũjsa] onça, [rũjsũ] finge, [õũjxa] honra, [ũjũj] enche, [kõũjfortu] conforto – sendo agramaticais as formas [õũksa], [rũjsũ], [õũjxa], [ũũjũ] e [kõũjfortu].

também uma escolha que reflete a origem histórica daquele morfema. Neste caso, além da regra de abaixamento da qualidade da vogal, gerando a forma fonética átona [u], quem define a flexão com /o/ tem uma regra a mais que transforma /o/ em [u], antes de chegar ao [ʊ].

Nem toda referência a estágios anteriores da língua ajuda na escolha da melhor forma subjacente. Algumas regras fazem mudanças históricas que se limitam aos casos em que isso acontece, não permanecendo como uma regra mais geral do sistema, de ação ao longo do tempo. Uma regra de metátese atinge somente determinados itens num determinado tempo. Uma vez modificada a estrutura morfológica, a regra não mais funciona.

(4) flor frol (*Port. medieval*) flor (metátese)

A regra de metátese que transformou a forma medieval **frol** em **flor** não modifica, hoje, uma palavra como **farol** em **falor**, nem **fralda** em **flarda**. No caso de uma palavra como **flor**, a forma subjacente deve atender às configurações fonológica atual da língua e não por uma forma "arcaica" mais uma regra de metátese.

A referência a formas antigas pode apelar para qualquer momento da história da língua, desde que esclareça como funciona o sistema. O caso da regra de epêntese vocálica inicial (5) remete diretamente a formas latinas, uma vez que, no Português medieval tais vogais já haviam sido incorporadas à língua. Por outro lado, comparando as diferentes formas recebidas do Latim, quer via Português Medieval, quer mediante empréstimos tardios, a fonologia pode operar por interpretações diferentes, como se mostra a seguir.

Algumas regras de epêntese costumam ligar formas antigas a formas atuais da língua.

(5) escola /skol+a/ [is.ko.la] [iʃkɔ.la]

Mas, nem todas as regras de epêntese tem esse apelo à história da língua, ocorrendo por exigência do sistema atual.

(6) ritmo /xim+o/ [xi.ti.mu] [xi.tʃi.mu]

chaleira /ʃa+eir+a/ [ʃa-l-ciRa] [ʃa.lci.ra]
cafezal /kafe+al/ [kafe-z-al] [ka.fe.zaʊ]

Porque a forma subjacente não apresenta ainda a segmentação da palavra em sílabas, algumas formas são preferidas a outras, porque não são contra a boa formação fonotática da língua naquele momento. A forma subjacente de algumas palavras pode, por exemplo, vir sem alguns segmentos, que serão acrescentados depois através de uma regra de epêntese.

(7) abstrato /abstrat+o/ [a.bis.tra.tu]
admirar /admir+a+r/ [a.dʒi.mi.rar]

A escolha das formas (7) mostra uma opção por uma forma mais latina na estrutura do Português. Essas formas poderiam ter a vogal /i/ já na base, dispensando a regra de epêntese que a interpretação anterior exige.

A opção pela regra de epêntese (e conseqüente forma subjacente se deve, ainda, ao fato de em palavras derivadas, não aparecer vogal, como em (8). Por outro lado, há de se considerar também o fato de essas palavras virem diretamente de uma forma derivada no Latim.

(8) inscrever /iN+skrev+e+r/ [iskrevɐr]
(Latim *inscribere*)
precrever /pre+skrev+e+r/ [preskrevɐr]
(Latim *praescribere*)

Embora não se encontre registro em dicionário (por exemplo Aurélio), uma palavra como **desescravizar**, formada dos morfemas *des* + *escrav* + *iz* + *a* + *r* mostra que seria preferível ter a vogal na base /iskrav/ a ter uma regra de epêntese, com a forma subjacente /skrav/. Porém, há palavras, como

(9) desestatizar /deS+stat+iz+a+r/ [de.z-e-s.ta.ti.zaɐ]
desesperança /deS+spɛraNs+a/ [de.z-e-s.pe.rũ.sa]
desestímulo /deS+stimul+o/ [de.z-e-s.ti.mu.lu]

que indicam que a presença da vogal na forma subjacente é uma questão de opção do linguista. Ou ele usa uma regra de epêntese ou usa uma regra de queda, dependendo de cada caso.

Por que uma palavra como *sal* tem como forma subjacente /sal/ e não /sau/? A razão comumente aventada diz que a escolha do /l/ em vez do /u/ se deve ao fato de existirem palavras derivadas em que se encontra o /l/ e não o /u/.

(10) *sal* /sal/ [sau]
saleiro /sal+eir+o/ [sa.lei.ru]

Comparando os exemplos de (10) com (11), nota-se que a opção pela forma de base /sal/ tem mais a ver com uma pronúncia antiga que se mantém em alguns dialetos e não em outros, do que com uma exigência de controlar a variação [au] ~ [al] ou [at].

(11) *salzinho* /sal+ijn+o/ [sa.li.øU] * [sa.li.øU]
degrauzinho /degra+o+ijn+o/ [degra.u.zi.ɲo] [degrauziɲu]
 *[degraiɲu]

Diante de variantes do tipo *contato* ~ *contacto*, *recepção* ~ *rece(p)ção*, etc., a escolha da forma subjacente com a consoante que não aparece em certos dialetos tem a ver também com o fato de as formas com consoante serem mais próximas do Latim. A fonologia podia simplesmente criar uma regra para inserir essas consoantes, quando necessário. Tal regra, entretanto, seria muito idiossincrática. Mas, a regra que apaga a consoante também é muito idiossincrática. Para um brasileiro, seria conveniente ter como forma subjacente /xesepaN+o/, que passa a [xesep-i-saNø] e gera [xe.se.pi.sũ]. Para um português, seria conveniente ter /resesaN+o/, que gera [resesũ].

No Brasil, com raras exceções, não se fala mais a vibrante múltipla. Em seu lugar, o mais comum é uma fricativa velar ou, em alguns dialetos, uma fricativa glotal. A opção pela vibrante múltipla nas formas de base aproxima a forma atual dessas variedades à representação da fonologia latina. A transformação da língua não chegou ainda a influenciar a forma fonológica subjacente.

(12) *rato* /rat+o/ (bras.) [xa.tu] ~ (port.) [ra.tuɲ]
 /xat+o/ (bras.) [xa.tu] ~ (port.) [ra.tuɲ]

Câmara Jr. (1953, p. 106) chegou a propor que as vibrantes múltiplas do Português tivessem uma representação fonológica de uma geminada, como ele achava que ocorria em Latim. Depois, o autor acabou vendo apenas a oposição entre uma consoante vibrante múltipla e outra simples, sem haver apelo à geminação consonantal.⁸

A regra de atribuição de acento primário de Mateus (1983) é tipicamente morfológica e age sobre uma forma subjacente dada. Porém, regras métricas que consideram, por exemplo, a última sílaba como extramétrica fazem alusão às regras do Latim (veja MASSINI-CAGLIARI, 1999). A extrametricidade é um elemento do modelo métrico, mas a opção de atribuí-la a uma determinada língua e con-texto, depende do sistema dessa língua. Alguns dos fatores que condicionavam a saliência tônica latina continuam atuantes até hoje, em Português. Conhecer as regras do Latim ajuda, pois, a interpretação do Português, seja ele medieval, seja atual.

Voltando atrás um pouco, vamos retomar a questão dos arquifonemas.

Em Português, se houver uma consoante nasal no *onset* da sílaba seguinte, a nasalidade da vogal precedente é redundante. Nos demais casos, cria-se sempre um arquifonema nasal na coda, que servirá para nasalizar a vogal precedente no núcleo da sílaba. Na verdade, com a invenção do arquifonema, nenhuma língua mais precisa ter vogal nasal como fonema na forma de base. Toda vogal nasal foneticamente será representada por uma vogal oral seguida de um arquifonema nasal ou de uma consoante nasal no início da sílaba

⁸ Veja a maneira como essa abordagem de Câmara Jr. é apresentada em Monarito et al. (1996, p. 220), com referência explícita à influência diacrônica na interpretação sincrônica. Vendo o sistema do Português brasileiro, a oposição entre /r/ e /r/ mostra o quanto diferente é interpretar o mesmo fenômeno como oposição entre /r/ e /r/. As consoantes [x] e [ʃ] não tem nada em comum, a não ser o fato de serem consoantes. No entanto, os fonólogos preferem estabelecer a oposição entre /r/ e /r/, numa clara opção por fatos históricos da língua.

seguinte. Esse modo de interpretar, todavia, é problemático. Essa estratégia fonológica proíbe a existência de fonemas vocálicos nasais. Como consequência, há um desvio de interpretação que dá o mesmo status fonológico para casos como os do Português, exemplificados a seguir:

- (13) [kɛneta] [kaneta] /kaneta/ (caneta)
 [kɛtuga] *[katiga] /kaNtiga/ (cantiga)⁹

Embora teoricamente não se tenha que ligar o surgimento da noção de arquifonema com a escrita européia, de origem latina, na representação da nasais (e de outros sons), é muito provável que a forma ortográfica da escrita tenha influenciado os lingüistas. É essa forma ortográfica baseada na história da escrita das línguas grega e latina.¹⁰ Para tornar essa idéia mais evidente, vamos considerar um outro caso, não contemplado pelos lingüistas.

Como toda articulação secundária fonética pode ser interpretada com algum tipo de arquifonema, desmembrando o processo articulatório duplo em dois, podemos, em princípio, tratar as vogais arredondadas do Francês, através de um arquifonema labial /B/, como mostram os exemplos abaixo:

- (14) [lyn] /liB/ (lune)
 [dø] /deB/ (deux)

Do ponto de vista teórico, a interpretação feita em (14) é tão justa ou injusta quanto a apresentada em (13). Porém, ver uma representação escrita /kaNtiga/ para *cantiga* parece "mais natural" e correta do que ver /deB/ para *deux*. Nesse sentido, a influência da história da escrita da língua (e de seu modo de interpretar o oral) é

⁹ Na regra de nasalidade vocálica, deve-se considerar também a posição do acento primário na palavra, mas isto não interfere na discussão que se faz aqui.

¹⁰ No caso das vogais nasais do Francês, a interpretação com arquifonema também seria perfeitamente admissível, impedindo que haja vogais nasais fonologicamente, na forma de base, como se mostra a seguir: *bonne* [bɔn] ou [bɔn] = /bon/ e *bon* [bɔ̃] = /boN/.

um fator atuante nas interpretações lingüísticas, mesmo que não seja óbvio à primeira vista.

A interpretação das consoantes palatais [ʃ, ʒ] como fonemas /li, ni/ remete, de certa forma, a um estágio anterior da língua, antes da formação dessas consoantes. Os argumentos variam, mas a conclusão mostra uma tendência da fonologia e da morfologia mais recente em representar as formas subjacentes com um perfil que lembra estágios antigos da língua, o que torna as regras derivacionais ou semelhantes em processos montados sobre a história da língua. A lingüística estruturalista olhava mais para processos comparativos entre línguas, sobretudo em se tratando de línguas que não tinham tido uma descrição gramatical até o momento ou nem mesmo tinham sido escritas. A lingüística mais recente está mostrando uma tendência a ver os fatos com olhos históricos, diacrônicos, mesmo quando, eventualmente, evocam argumentos de natureza comparativa entre línguas.

Análises de inputs

Apesar das exigências do modelo, nem sempre os estudos de fonologia gerativa padrão apresentam as formas subjacentes dos fatos que analisam, uma vez que, o que interessa é um momento da derivação ou a aplicação de uma determinada regra que, por sua vez, não necessita da forma subjacente, mas de um estágio anterior à sua aplicação e posterior à forma subjacente.

Por outro lado, a teoria da otimalidade tem sempre que estabelecer explicitamente qual é o *input*.

Num estudo sobre nasalização, Battisti (1998) apresenta como *inputs* (15)

- (15) samba /saNba/
 samba /samba/

para ver qual opera melhor na teoria. Sua conclusão é: não importa se a configuração de input traz a nasal especificada (samba)

ou **subespecificada (saNba)** – ambas decidem sobre a forma ótima, dependendo da hierarquia, porém, /samba/ viola duas vezes *faithfulness*, ao passo que /saNba/ viola apenas uma vez (p. 78). Isso faz com que a teoria prefira /saNba/ à forma /samba/.

Para o estudo do ditongo ão, a autora propõe como *input* (16).

(16) *input*: vN# > oN# [ẽũ]

A estrutura geral *vN#* é traduzida para *oN#*, sendo o glaide derivado da nasal não especificada. Tal derivação gera o glaide correto através de uma restrição especial de *Parse* (p. 81). Uma outra restrição irá converter /o/ em [ẽ] (isto é [ẽ]). Essa opção por *oN#* gerando [ẽũ] faz apelo não apenas a possíveis variações atuais da língua, mas a variações históricas.

Giangola (1997, p. 148) apresenta os seguintes *inputs* (17):

(17) *fantasma* /faNtaZma/ (p. 148)
ciúme /siu-m-e/ (p. 151)

A escolha da representação da nasal não especificada /N/, como se disse anteriormente, tem a ver com a mudança do Latim para o Português. O mesmo se diz do /-e/ da forma /siu-m-e/. Confere, ainda, o *input* /siu-m-eNt-o/, com a flexão representada pelo segmento /-o/ e não /-u/. Essas escolhas de *input* são feitas para que as restrições possam se aplicar e EVAL escolher o *output* correto. Mas, as coisas poderiam ter *inputs* diferentes e restrições apropriadas. O resultado seria o mesmo, de acordo com as exigências da teoria, mas o trabalho do linguista, no primeiro caso, tem a ver com a história da língua, contrariamente do que aconteceria no segundo caso. Outras formas de *input* usadas por Giangola são apresentadas em (18).

(18) *fácil* /fásiL-/ [fasiw]
arroz /arroZ-/ [a-hoũ μs] (p. 153)

A escolha do /L/ no *input* em vez do glaide remete a uma forma que lembra a origem de palavras desse tipo. A escolha do /rr/, como geminada, é uma clara referência à distinção latina entre *rr* e *r*.

Lee (1999, p. 151) propõe que palavras como **psicologia**, **pneu**, **escrever** têm *inputs* sem a vogal epentética que aparece nos candidatos ótimos. Como se disse antes, a opção por uma forma primitiva que necessita de uma epêntese remete à história diacrônica da língua.

(19) **psicologia** /psikologia/
pneu /pneu/
escrever /screver/

Num artigo sobre acento do verbo, Lee (2000) lembra que Harris (1973, apud LEE 2000), ao interpretar o acento nos verbos do Espanhol, diz que a língua procura manter uniforme os paradigmas. Assim, os verbos latinos passaram a ter um paradigma regular em Espanhol. Para Lee, o mesmo aconteceu com o Português. Uma vez definido o paradigma, a regra de acentuação segue sem dificuldades. Os paradigmas, na verdade, são fatos morfológicos que procuram uma uniformidade não somente morfológica, como também fonológica. Paradigmas remetem diretamente a momentos antigos da língua e, desse modo, ajudam a entender a situação presente do sistema.

Em um estudo de Sândalo (1995, p. 9-10), encontram-se *inputs* do tipo (20).

(20) **café** /kafe/
mesa /meza/
abóbora /abobora/
esquelético /eskeletiko/

A autora usa /ε/ no *input* de **café** e não usa em **esquelético**. No segundo caso, o abaixamento dátilico aparece no candidato ótimo através da menor violação de MAX e da não violação de IDENT-troqueu. Entretanto, a autora deixou a forma /abobora/ como *input* em outro *tableau*. Segundo ela, o candidato [a'bobora], considerada uma forma sub-ótima é mantida no **Português padrão através da pressão da gramática normativa** (p. 9). O candidato ótimo escolhido foi [a'bobra].

Diferentes abordagens dos fenômenos dentro de uma mesma teoria levam a resultados surpreendentes, às vezes. Uma abordagem que leve em consideração a história da língua e a diacronia, não raramente, oferece excelentes resultados, o mesmo não acontecendo com a simples preocupação de coerência na aplicação de modelos formais, sobretudo quando são muito poderosos, como a teoria da otimalidade.

Bisol (1995) parte dos seguintes *inputs*, em um trabalho sobre o Português brasileiro e o pé métrico:

(21) bolinho	bolo + ião
cafezinho	kafé + ião
pozinho	po + ião
heroizinho	erj + ião
jantazinho	ʒaŋta + ião
perolazinha	peɾola + iã

Fora a questão da nasal sub-especificada /N/, nota-se que a autora não utiliza na teoria da otimalidade como *input*, as mesmas configurações que usava na teoria gerativa padrão ou métrica, em trabalhos anteriores. Em Bisol (1994, p. 32), a autora propõe como formas subjacentes (22):

(22) café	/kafEC/
cafeteira	/kafEC+eir+a/

Isso mostra que a teoria da otimalidade, na prática, tem dado menos importância do que a fonologia gerativa a interpretações que tenham algo a ver com formas diacrônicas. Em alguns trabalhos, embora não esteja expresso, o uso de segmentos como o, e, a para representar a vogal da flexão de gênero não tem uma referência direta ou indireta a fatos diacrônicos, mas a uma certa comodidade na transcrição, estando, pois, mais perto da representação ortográfica do que do sistema sonoro da língua. Além disso, como se observa em alguns trabalhos, em vez de haver um morfema ou uma palavra como *input*, tem-se uma estrutura abstrata, um contexto ou mesmo

nenhuma forma de *input*. As restrições, neste último caso, operam na escolha dos candidatos ótimos, independentemente dos *inputs*. Não seria de estranhar muito se a própria teoria da otimalidade abo-lisse os *inputs*, por serem desnecessários, numa nova configuração da maquinaria teórica.

Conclusão

O objetivo do presente trabalho não foi mostrar que as formas fonológicas subjacentes ou os *inputs* devam buscar sempre, na história diacrônica da língua, argumentos para sua configuração. Pelo contrário, reconhece-se a não necessidade de tal procedimento. Entretanto, como os linguistas quase sempre têm conhecimentos históricos a respeito das línguas que estudam, sobretudo em se tratando de línguas europeias, não é difícil ver, em suas análises, a influência de conhecimentos diacrônicos nas decisões sincrônicas. Isso era mais transparente na fonologia gerativa standard, sendo menos evidente na teoria da otimalidade. Mesmo assim, não são raras as análises feitas no interior da teoria da otimalidade que se baseiam fortemente em interpretações já feitas dentro de modelos anteriores. E aí, a diacronia volta à aparecer, mesmo sem seus autores se conscientizarem desse fato.

Referências

- BATTISTI, E. A nasalização no português brasileiro pela teoria da otimalidade. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v.7, n.1, p.59-89, 1998.
- BISOL, L. O acento e o pé métrico. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v.29, n.4, p.25-36, 1994.
- BISOL, L. *O português brasileiro e o pé métrico*. Departamento de Letras, PUCRS, Porto Alegre, 1995. Mimeografado.
- BOERSMA, P. *Sound change in functional phonology*. Amsterdam: Amsterdam Univ. Press, 1997.

- CAGLIARI, L. C. **An experimental study of nasality with particular reference to Brazilian Portuguese**. 1977. Thesis (Ph.D.), University of Edinburgh, Edinburgh.
- CAGLIARI, L. C. **Elementos de fonética do português brasileiro**. 1982. Tese (Livre-Docência) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- CAGLIARI, L. C. **Fonética**. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (Org.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2001. v.1, p.105-46.
- CÂMARA JÚNIOR, J. M. **Para o estudo da fonêmica portuguesa**. Rio de Janeiro: Simões, 1953.
- CUNHA, A G. et al. **A carta de Pero Vaz de Caminha**. São Paulo: Humanitas, 1999. (Diachronica, 1).
- GIANDOLA, J. P. **Constraint interaction and Brazilian Portuguese glide distribution**. NELS, n.27, p.143-57, 1997. Disponível em: <http://roa.rutgers.edu/roa.html>. Acesso em: 10 jul.2000.
- HAMMOND, M. **There is no lexicon!** University of Arizona, 1995. Disponível em: <http://roa.rutgers.edu>. Acesso em: 17 dez. 2000.
- HASPELMATH, M. **Optimality and diachronic adaptation**. Leipzig: Max-Planck-Institut für Evolutionäre Anthropologie, 1999.
- HINSKENS, F. et al. **Balancing data and theory in the study of phonology variation and change**. In: _____. (Ed.). **Variation, change and phonological theory**. Amsterdam: John Benjamins, 1997. p.1-33.
- ITÓ, J.; MASTER, R. A.; PADEGET, J. **Licensing and underspecification in optimality theory**. *Linguistic Inquiry*, v.26, p.571-613, 1995. Disponível em: <http://ruccs.rutgers.edu/roa.html>. Acesso em: 30 maio 2004.
- JACOBS, H. **Optimality theory and sound change**. NELS, n.25, 1995. Disponível em: <http://ruccs.rutgers.edu/roa.html>. Acesso em: 30 maio 2004.

- LEE, S-H. **Teoria da otimalidade silabificação do PB**. In: MENDES, E. A M.; OLIVEIRA, P. M.; BENN-IBLER, V. (Org.). **Revisitações: edição comemorativa aos 30 anos da Faculdade de Letras da UFMG**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. p.143-56.
- LEE, S-H. **Acento do verbo do português: uma análise à luz da OT**. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA, 16, 2000, Coimbra. **Anais...** Braga: API, 2000.
- MASSINI-CAGLIARI, G. **Do poético ao lingüístico no ritmo dos trovadores: três momentos da história do acento**. Araraquara: Laboratório Editorial FCL/UNESP, 1999.
- MATEUS, M. H. M. **Aspectos da fonologia portuguesa**. 2.ed. Lisboa: INIC, 1975.
- MATEUS, M. H. M. **O acento de palavra em português: uma nova proposta**. *Boletim de Filologia*, Lisboa, p.211-29, 1983.
- MONARETTO, U.N.O. et al. **As consoantes do português**. In: BISOL, L. (Org.). **Introdução a estudos de fonologia do português brasileiro**. Porto Alegre: Ed. PUCRS, 1996. p.205-42.
- PRINCE, A. ; SMOLENSKY, P. **Optimality theory: constraint interaction in generative grammar**. Colorado: Colorado Univ. Press, 1993.
- SÂNDALO, F. **Acento e sonoridade**. Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas, 1995. Mimeografado.